



PEDRO NUNO SANTOS, SECRETÁRIO-GERAL DA JUVENTUDE SOCIALISTA

“Única forma do País ter estabilidade é o PS ter maioria absoluta”



“Aquilo que o PSD vem prometer e defender para o País, de um modo mais explícito ou mais escondido, são as receitas que levaram o mundo à situação de crise em que hoje vive”

DUARTE ALBUQUERQUE CARREIRA
da.carreira@semanario.pt

Está a terminar o seu mandato à frente da JS - o congresso que elegerá o próximo líder realiza-se em Julho -, como é que serão recordados no futuro estes quatro anos?

Destacando três vitórias ou combates que marcaram estes quatro anos. O primeiro, obviamente, a vitória no referendo à IVG, em que a JS finaliza com a vitória um percurso de muitos anos de combate pela despenalização da IVG - a JS teve um papel fundamental neste referendo. Esta é, talvez, a maior marca dos quatro anos. Colocámos, também, na agenda política nacional e do PS o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Que ainda não logrou a legalização

É um combate que ainda não está concluído, mas foi iniciado pela nossa direcção nacional. É para nós uma vitória ter conseguido marcar a agenda da política nacional com esse tema. AJS, também nos últimos quatro anos, traz um novo conceito em matéria de política da juventude: a emancipação jovem.

Que significa?

Uma batalha da JS na batalha na área da habitação ou do emprego. Obter um conjunto de políticas que permitam que os jovens se consigam emancipar face às suas famílias. Iniciar a sua vida adulta de um modo autó-

O líder da Juventude Socialista, em entrevista ao SEMANÁRIO, critica o actual estado da oposição em Portugal. Pedro Nuno Santos acusa o PSD de Manuela Ferreira Leite de “ser mais do mesmo: demagogia e populismo” e a esquerda de ser “conservadora e avessa à mudança”. Portanto, neste cenário, o deputado considera que “a única forma do País ter estabilidade é o PS ter maioria absoluta”. O secretário-geral da JS avança, ainda, que o “PS português tem de ter um discurso para uma reforma económica da UE, para que seja possível governarmos mais à esquerda”

nomo. Por exemplo, uma vitória importante neste combate - que não é da JS directamente, mas a JS desempenhou um papel importante - é o facto da revisão do Código do Trabalho ter como uma das principais prioridades o combate à precariedade laboral.

Como é que se combate a “grave emergência social” de

que fala a líder da oposição?

Não existe nenhuma situação de emergência social. É irresponsável que uma líder da oposição crie essa ideia. Existem dificuldades sociais, o desemprego ainda é elevado, uma parte do emprego é excessivamente precário... Mas tudo o que tem sido feito nos últimos três anos tenta responder às di-

fículdades que o País tinha. E não podemos ignorar o momento presente que hoje vivemos de profunda crise internacional, que tem impacto, obviamente, no nosso País.

Mas, face à essa crise, é obrigação do Governo apresentar soluções.

Só que há variáveis que não são controláveis pelo Governo português. Variáveis que têm que ver com a própria globalização financeira. Se queremos falar verdade na política e sermos respeitados temos de explicar aquilo que depende do Governo português e o que não depende. O que não quer dizer que o Governo não possa e não tenha meios para tomar medidas.

Falou numa “profunda crise internacional”. Fica a ideia de os governos nacionais se desresponsabilizam com o exterior, mas não actuam nesse nível.

O PS precisa de aliar à sua prática governativa nacional - que na minha opinião é feita à esquerda - um discurso sobre as variáveis, ao nível da Europa e da Globalização, que não controla. Esta arquitectura económica europeia prejudica, gravemente, a possibilidade de se governar à esquerda num só País. O PEC, que vai asfixiando as economias nacionais; o BCE que tem como único objectivo a estabilidade de preços, ignorando a necessidade de promover o crescimento económico na Europa. A arquitectura econó-

“A arquitectura económica europeia é monetarista e neoliberal, e, desde a sua origem, nunca foi social-democrata ou keynesiana. A social-democracia europeia e o PS português têm de ter um discurso para uma reforma económica da UE, para que seja possível governarmos mais à esquerda.”

mica europeia é monetarista e neo-liberal, e, desde a sua origem, numa foi social-democrata ou keynesiana. A social-democracia europeia e o PS português têm de ter um discurso para uma reforma económica da UE, para que seja possível governarmos mais à esquerda. Nós não governamos sozinhos a Europa, mas temos a obrigação de ter um discurso sobre a arquitectura económica europeia - não só sobre a reforma institucional. E sobre a globalização a mesma coisa.

Mas as pessoas não estão um pouco afastadas dessas questões?

O PS, se quiser que o povo português perceba que há um conjunto de variáveis que influenciam a forma como nós vivemos cá mas que não controlamos, tem de ter um discurso sobre essas variáveis. Um discurso sobre a Europa económica e sobre a globalização.

Um discurso crítico?

Um discurso alternativo. Com propostas alternativas para a arquitectura económica europeia e propostas para reformar e regular o processo de globalização. Isto é fundamental. Obviamente que a primeira etapa deste combate é a maioria absoluta em 2009. O PS precisa de ter uma maioria absoluta para governar com estabilidade e aliar ao trabalho nacional um discurso alternativo sobre a Europa e sobre a globalização.

Regressando aos problemas internos. O Governo tem tomado as medidas necessárias para combater a crise? Há muitos sectores que dizem que não...

Elas nos últimos anos têm sido tomadas. Posso dar dois exemplos, que são dois programas emblemáticos deste Governo: Novas Oportunidades e o Plano Tecnológico. Novas Oportunidades pretende recuperar um atraso estrutural da nossa sociedade e que dificulta a possibilidade de desenvolvimento do País: as baixas qualificações. O Plano Tecnológico tenta orientar a passagem da economia portuguesa de sectores de mão-de-obra intensiva e com baixa intensidade tecnológica para sectores mais avançados e com maior valor acrescentado. Este é o grande desafio do País, que nunca tinha sido assumido de frente e, desta vez, está a ser - a maior verba do QREN é para investigação em Ciência e Tecnologia. Os resultados destas políticas não são imediatos, mas sem elas o País, no futuro, estaria muito pior e não teria condições para se desenvolver.

Voltando à oposição. As grandes obras públicas devem ou não ser reequacionadas?

Esse é um exemplo do drama em que nos coloca o PSD enquanto partido da oposição e da irresponsabilidade da líder do PSD sobre esta matéria. Quando Manuela Ferreira Leite,

demagógicamente, diz que “é preciso é dar resposta aos problemas sociais e aos novos pobres”, esquece-se que a única forma de nós combatermos a pobreza em Portugal é desenvolvendo o País. Obviamente que há um conjunto de infra-estruturas que são fundamentais para que o País, no futuro, possa produzir a riqueza necessária para fazer face à pobreza.

Mas esse não era o paradigma de há vinte anos?

A verdade é que este Governo vai lançar um conjunto de infra-estruturas que são fundamentais para o desenvolvimento do País. Se elas deveriam ter sido já lançadas há quinze ou vinte anos? Talvez...

Por exemplo, em sua opinião, o País precisa do TGV?

Evidentemente que nós precisamos de estar integrados na rede europeia de comboios de alta velocidade. É fundamental para um País que é periférico contrariar essa periferia face ao centro da Europa. Isso, obviamente, faz-se com transportes avançados. O TGV é um instrumento fundamental para aproximar Portugal do centro da Europa. É assustador que o PSD e Manuela Ferreira Leite se manifestem contra. A verdade é que aparecem com um discurso, supostamente, oposto à demagogia e populismo de líderes anteriores, mas Manuela Ferreira Leite, com este discurso, não fez mais do que o mesmo: demagogia e populismo.

Espera uma oposição populista e demagoga por parte do PSD?

O discurso de Manuela Ferreira Leite foi demagógico... Esta nova geração do PSD, liderada por Passos Coelho, prometeu na campanha uma espécie de superação da dicotomia esquerda/direita. E depois apresentou um programa ultra-liberal, o mais à direita de todos os candidatos. Manuela Ferreira Leite, mais mascarada, tem também um programa liberal escondido, de retirada do Estado das suas funções sociais. Não o assume, tem um pseudo-discurso de preocupação social, mas há um programa escondido pela Manuela Ferreira Leite, ultra liberal, de retirada do Estado das suas funções sociais, nomeadamente da saúde e da educação. Aquilo que o PSD vem prometer e defender para o País, de um modo mais explícito ou mais escondido, são as receitas que levaram o mundo à situação de crise em que hoje vive.

Acha que o TGV poderá ter o mesmo desfecho que o Aeroporto da Ota: muita pressão e o Governo acabar por ceder?

Não. Neste momento não há nenhuma razão para que o Governo recue. A decisão está tomada e acho que o TGV vai avançar. Tenho a convicção que aquilo que foi anunciado pelo Governo é para cumprir.

Há quem diga que as obras públicas são a aposta do Governo para ganhar as eleições em 2009. Em sua opinião esta ideia tem fundamento?

Não é no próximo ano que nós vamos sentir o efeito do investimento nas obras públicas. Em matéria de obras públicas, o PS disse quais eram os seus objectivos logo no início da legislatura. Não foram anunciadas agora para terem consequências eleitorais, até porque não vão ter - não é num ano que estas obras públicas vão surgir e ser visíveis. Estamos hoje a discutir esta matéria - que não é a essencial do trabalho prioritário do Governo - porque o PSD, não tendo programa ou alternativa, sentiu necessidade de tentar encontrar um coelho e tirá-lo da cartola. Mas há questões bem mais importantes para discutir do que o discurso do PSD.



“Pela primeira vez em Portugal há uma revisão do Código Laboral que tem como prioridade combater a precariedade no emprego”

Não estamos a falar sobre o discurso do PSD. Estamos a discutir a acção do Governo...

... A verdade é que esta temática não estava na agenda neste momento.

Ainda acredita na reedição da maioria absoluta em 2009?

Acredito. E tenho para mim que os portugueses perceberão que o País precisa de estabilidade e que este Governo tem feito a obra com resultados, apesar das dificuldades internacionais que vivemos. O povo português não desbaratará a estabilidade conseguida nos últimos quatro anos. Os portugueses sabem bem que com o PSD é impossível e não faz sentido; que esta esquerda sectária também não está disponível para facilitar a Governação do PS; e que a única forma do País ter estabilidade e continuar o percurso que tem feito nos últimos anos é o PS ter maioria absoluta. O PS, como em 2005, em 2009 lutará pela maioria absoluta - não poderá ser de outra maneira.

O Pedro Nuno é um homem de esquerda. Por que razão a esquerda em Portugal não se entende?

Isso também tem razões históricas. A nossa democracia foi construída numa grande dicotomia entre o PS e o PCP. E isso marcou, infelizmente. A esquerda à esquerda do PS em Portugal - ao contrário do que acontece no resto da Europa - tem uma força eleitoral muito grande. Mas infelizmente é uma esquerda conservadora: avessa à mudança e que não está disponível para fazer reformas que são essenciais para o País. E mais, apesar do PCP e do BE terem discursos diferentes sobre a Europa, ambos não aceitarão que se Governe no quadro do Euro e da arquitectura económica europeia, nomeadamente do PEC. Portugal é um País inserido na UE, que partilha o Euro com outros Países e isso exige um conjunto de regras que têm de ser assumidas e cumpridas.

Mas não é só a questão europeia que divide a esquerda...

Não é a questão europeia que afasta. Poderíamos conseguir um programa comum a nível nacional independentemente da questão

europeia. A questão é que há um conjunto de constrangimentos que são determinados, nomeadamente, pelo PEC, que o PS e o Governo português liderado pelo PS querem cumprir e que o PCP e o BE não estariam disponíveis para o fazer. Essa é uma grande diferença. A esquerda portuguesa opta por tentar provar, sistematicamente, que o PS não Governa à esquerda. Ignorando o Programa Novas Oportunidades, o aumento histórico no salário mínimo nacional, o Plano Tecnológico como uma política industrial em que o Estado intervém para ajudar a modernização da economia, a reforma da Segurança Social que preservou a segurança social pública e universal, as políticas de natalidade, o combate à precariedade na reforma laboral...

A sua intervenção no Parlamento, com a presença do primeiro-ministro, em defesa da reforma laboral do Governo foi fervorosa. Os deputados socialistas devem agora, na fase de aprovação na AR, apresentar propostas?

A reforma está muito bem construída e é motivo de orgulho, à esquerda, para o PS. Pela primeira vez há uma revisão do Código Laboral que tem como prioridade combater a precariedade no emprego, um dos maiores problemas enfrentados pelos trabalhadores portugueses. A minha intervenção no Parlamento foi fervorosa porque esse é um exemplo claro que o PCP e o BE estão mais interessados em combater o PS do que discutir as suas propostas e construir propostas com o PS. Nunca numa revisão laboral se tinha feito tantas medidas para se combater a precariedade no emprego.

O que é que vai fazer depois de terminar o mandato à frente da JS? Presumo que não vai desistir da política... Trabalharei na AR enquanto deputado. Vou voltar ao meu mestrado. Sou presidente de uma Concelhia do PS. E tenho uma grande preocupação, que é pessoal e constante: a renovação ideológica e programática da social-democracia. O trabalho de procurar sempre respostas alternativas à direita e à direita neo-liberal.]

**ENTREVISTA****COM PEDRO NUNO SANTOS:**

"O PS tem de ter um discurso para uma reforma económica da UE, para que seja possível governar à esquerda"

PÁG. 12